

Lógica Hamas-Netanyahu

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Minha geração foi formada pelas ideias humanistas dos grandes pensadores judeus e tomou conhecimento do mundo vendo as fotos de campos de concentração e assistindo à luta dos sobreviventes para criar um novo país que servisse de porto-seguro para os judeus do mundo, perseguidos ao longo de séculos. Acompanhamos o heroísmo de um grupo de líderes, quase todos socialistas, lutando para transformar um minúsculo território em uma nação democrática, progressista e igualitária. Apesar do incômodo moral diante da expulsão de palestinos nativos, e do incômodo político diante da arrogante superioridade dos israelenses sobre os palestinos, a implantação de Israel parecia uma vitória da humanidade, bastando descobrir a fórmula para a convivência entre israelenses e palestinos em dois estados diferentes.

O horror ao terrorismo ficava restrito a grupos isolados, como o Lehi judeu e o Hamas palestino. A repulsa aos crimes deles, na violenta estratégia que escolheram para defender seu respectivo país, não contaminavam o respeito pelos povos judeu e palestino, nem eliminava a possibilidade de dois estados com dois povos convivendo em paz, apesar de gestos terroristas esporádicos perpetrados por seus extremistas. A “lógica Hamas-Netanyahu” está mostrando a impossibilidade dessa convivência.

O ato terrorista de 7 de outubro, assassinando e sequestrando israelenses, e a guerra consequente com o massacre e a inanição do povo palestino, a destruição de Gaza e a perseguição aos palestinos na Cisjordânia, onde cada habitante é visto como inimigo, e cada israelense obrigado a viver cercado e protegido por muros e armas, explica a lógica de Netanyahu de que a segurança de Israel depende da expulsão do povo palestino ou sua absoluta subordinação aos israelenses, e também a lógica do Hamas de que a criação de um estado palestino passaria pela destruição de Israel.

Nessas condições, o sionismo fica incompatível com o humanismo que vem do pensamento de judeus. A partir de outubro de 2023, os judeus, antes identificados com os nomes de Jesus, Espinoza, Marx, Freud, Einstein, Arendt, Sabin, Sachs, Morin e outros que fundaram nossa maneira de entender o mundo e querer fazê-lo melhor e mais belo, passaram a ser identificados pelo nome Netanyahu e de seus ministros.

Há quatro meses, o **Correio Braziliense** publicou artigo com o título *O Hamas vence*, alertando que a violência das forças armadas israelenses ao ato terrorista do Hamas levaria a uma derrota moral e política imediata de Israel e ao crescimento futuro do terrorismo. O evento da semana passada confirmou. A falsa defesa negando que foram mortos por balas de soldados israelenses, mas “apenas” pisoteados em consequência do desespero pela fome provocada por estes soldados, confirma o alerta.

Para alguns, a “lógica Hamas-Netanyahu” justifica os crimes das forças armadas sionistas, outros fecham os olhos aos crimes de



terroristas palestinos, mas alguns continuam defensores do humanismo que aprenderam com judeus antigos: nenhum país justifica sua existência se depende permanentemente de armas, apartheid, massacre, inanição forçada de inimigos, nem a criação de um país deve depender de constantes atos terroristas. Ao identificar seu governo com a nação de Israel, Israel com os judeus no mundo e este povo como destruidor do povo palestino, Netanyahu se transformou em promotor de antissionismo e incentivador de antissemitismo, aliando-se à lógica do Hamas.

As cenas diárias do que acontece em Gaza é publicidade contra o sionismo e se transforma em publicidade antissemita para os

desavisados ou mal-intencionados, fazendo muitos confundirem um governo fundamentalista com o conjunto de Israel e com o povo judeu. O humanismo não pode deixar que a oposição à barbárie de um governo se transforme na indecência do antissemitismo. Deve recusar a “lógica Hamas-Netanyahu”, denunciar os crimes do Hamas em Israel e os de Israel no gueto de Gaza como duas faces, em dimensões desiguais, do barbarismo anti-humanista; separar o sionismo de Netanyahu do pensamento judaico e o terrorismo do Hamas da postura do povo palestino, e acreditar que não vai demorar para a palavra judeu voltar a ser identificada com os grandes pensadores humanistas e não mais com os atuais políticos de Israel.

Desigualdade de gênero e a saúde mental das mulheres

» HELENA MOURA

Professora da Faculdade de Medicina da UnB e membro do grupo de Geopsiquiatria da Associação Mundial de Psiquiatria

Existem diferenças importantes entre os gêneros quando falamos em saúde mental. A depressão, classificada como a principal causa de incapacidade global, é duas vezes mais prevalente em mulheres e nelas sua trajetória costuma ser mais crônica e incapacitante em comparação à vivenciada pelos homens. Os transtornos ansiosos e os alimentares também são mais comuns em mulheres. Além disso, algumas condições são estritamente femininas, como a disforia pré-menstrual, a depressão pós-parto, a psicose puerperal e a depressão na perimenopausa.

Com isso, observa-se a relevância das oscilações hormonais para essas diferenças entre os gêneros. No entanto, a maior vulnerabilidade para problemas de saúde mental não é apenas resultado de fatores biológicos, mas também é moldada por questões sociais e políticas que estão interligadas. Como isso ocorre? As mulheres são mais expostas a diversos fatores de risco sociais para transtornos mentais, como renda menor, desigualdades de gênero, menor controle sobre o meio ou a própria vida e maior exposição a diversos tipos de violência. A violência física, psicológica ou sexual, tema com relevância cada vez maior no cenário mundial, está associada ao estresse agudo e pós-traumático, além de depressão, ansiedade e risco aumentado para suicídio e abuso de álcool. Entretanto, destaca-se a influência de determinantes políticos sobre os fatores sociais. Precisamente, políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e combatam a violência contra a mulher têm se mostrado protetoras para a saúde mental feminina.

Nesse sentido, um estudo de 2018 da *International Journal of Public Health* comparou 28 países europeus e identificou que o risco de violência doméstica é menor naqueles com leis de igualdade de gênero há mais tempo. Porém, inesperadamente, esse risco aumenta em países com políticas de dois provedores (homens e mulheres). Isso sugere que homens podem recorrer à violência quando não possuem alternativas para manter a sua dominação, ou a hegemonia masculina pode ajustar-se facilmente a certas leis caso não alterem a cultura ou outros aspectos que perpetuam as dinâmicas de poder entre os gêneros.

Outro estudo, publicado ano passado pela *Psychological and Cognitive Sciences* e realizado em parceria com pesquisadores de várias partes do mundo, incluindo o Brasil, identificou diferenças entre os cérebros de homens e mulheres apenas em países onde há maior desigualdade de gênero. Onde há mais igualdade, os cérebros são semelhantes, mas infelizmente o Brasil ficou entre os três países mais desiguais, perdendo apenas para Índia e Turquia.

Mais especificamente, o estudo identificou atrofia em regiões do córtex cerebral relacionadas à regulação emocional, incluindo resiliência à adversidade, e a transtornos mentais em que o estresse é considerado um mecanismo central, como a depressão ou o transtorno de estresse pós-traumático. Tais alterações podem decorrer da reação crônica ao estresse devido a adversidades ambientais contínuas, menor acesso à educação ou a distúrbios muito precoces no desenvolvimento. Esse estudo exemplifica a complexa relação entre o cérebro e o ambiente

e os desafios para superar os efeitos da histórica desigualdade de gênero.

Entre as dificuldades para a assistência à saúde mental da mulher, temos o estigma e a necessidade de adaptar os serviços para as demandas específicas dessa população. Mulheres são conhecidamente mais cuidadosas com a própria saúde e tendem a procurar atendimento mais que os homens, porém as peculiaridades de um tratamento psiquiátrico podem afastar boa parte delas. Primeiramente, o acompanhamento é de longo prazo e isso pode pesar na sobrecarregada rotina de muitas mulheres.

Em segundo lugar, o medo da perda da guarda dos filhos, especialmente diante de diagnósticos ainda muito estigmatizados, como psicose puerperal ou alcoolismo.

Neste último caso, e considerando a dependência por outras substâncias também, os ambientes de tratamento são essencialmente masculinos. Porém, o uso de substâncias tem efeitos opostos entre os gêneros: enquanto nos homens tende a induzir comportamento violento, nas mulheres aumenta a vulnerabilidade a sofrer agressões. Juntar esses dois grupos em um mesmo ambiente terapêutico pode retraumatizá-las. Portanto, é essencial que o tratamento não interfira significativamente na rotina, no cuidado com os filhos e ofereça segurança à mulher.

Políticas públicas que promovam a igualdade de gênero desempenham um papel significativo em preservar a saúde mental feminina. Dado o inestimável valor que as mulheres agregam à sociedade, seja como provedoras de trabalho, fonte de inspiração ou cuidado, os benefícios se estendem a toda a coletividade.

Momento chave para o Ideb

» ERNESTO MARTINS FARIA

Diretor-fundador do centro de pesquisas Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)

» LECTICIA MAGGI

Gerente de comunicação no Iede

Há pouco mais de um ano, quando José Henrique Paim coordenava a equipe de Transição de Educação do presidente Lula, escrevemos neste jornal sobre as prioridades esquecidas da educação brasileira. Destacamos a necessidade do governo federal de olhar para a revisão das avaliações e dos indicadores nacionais e de combater as desigualdades de aprendizagem dos estudantes, em especial aquelas relacionadas ao nível socioeconômico e à cor/raça deles.

Ainda hoje, no nosso entender, tais temas não recebem a atenção devida e estão longe de ocupar o cerne das discussões em educação, como a sua relevância pede. Mas em relação à revisão de indicadores, tivemos, recentemente, uma boa notícia: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) estabeleceu, no final de janeiro, um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar um estudo técnico que subsidie o Ministério da Educação (MEC) na atualização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Para quem não está tão familiarizado com o tema, o Ideb é o principal indicador de qualidade da educação brasileira. Criado em 2007, é calculado a partir da taxa de aprovação dos estudantes e da média deles em Língua Portuguesa e Matemática no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Ele foi revolucionário ao reunir em um único indicador (de 0 a 10), esses dois conceitos importantes: fluxo escolar e aprendizagem.

Com tantas pautas urgentes na educação — alfabetização, destino do Novo Ensino Médio, combate ao abandono escolar, em especial, dos jovens, formação de professores, conectividade... — parece insistência do pesquisador falar de Ideb. E é, mas não sem razão: o Ideb é uma das políticas públicas que “pegaram” e, desde a sua criação, é amplamente utilizado pelas redes de ensino do país, que têm seus índices calculados para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Sem entrar na discussão sobre foco excessivo no indicador (isso também existe e requer atenção!), os gestores educacionais e de secretarias de Educação, em geral, conhecem suas pontuações e trabalham para melhorá-las.

O Ideb serve como um norte de qualidade e é um importante indutor da gestão na direção da educação desejada. Por isso, se o combate às desigualdades educacionais é importante e é preciso, no indicador ou na sua divulgação, refletir isso. Se como sociedade julgamos que ter crianças e adolescentes fora da escola é inaceitável, é preciso que o indicador contemple os estudantes que estão fora do sistema educacional, o que não acontece hoje. O mesmo vale para a reprovação: uma vez que diversos estudos indicam que esse não é um mecanismo eficaz para a aprendizagem, então por que considerar as taxas de aprovação apenas no ano de aplicação do Saeb e não em todos os anos, estimulando, assim, a redução da cultura de reprovação? Esses são só alguns exemplos. Há muitos outros.

Discutir e definir um novo Ideb, após 17 anos de política e nenhuma revisão, é algo fundamental, e que deve ser feito à luz do que esperamos para a educação brasileira nos próximos anos. Nesse sentido, no Iede, publicamos, em 2022, o documento “Propostas e Reflexões para o novo Ideb”, fruto também de um GT de discussões sobre o indicador (o debate, como se vê, já é antigo e avança lentamente...). Nele, elencamos cinco princípios que deveriam norte a revisão do Ideb, e que foram consensuados por mais de 20 especialistas na área, incluindo ex-presidentes do Inep, como José Francisco Soares, Reynaldo Fernandes e Maria Helena Guimarães de Castro. São eles: 1) garantir o monitoramento das aprendizagens essenciais expressas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 2) prezar pelo direito à educação de todas e de cada uma das crianças e jovens; 3) evidenciar as desigualdades educacionais que precisam ser combatidas, ajudando na promoção de equidade; 4) ser bem compreendido por formuladores de políticas públicas, gestores educacionais e professores, sendo um orientador para tomadas de decisão; 5) ser guiado por um olhar técnico, incorporando aprendizados obtidos pelo Brasil na área desde 2007.

O GT do Inep, instituído no final de janeiro, tem como prazo de seis meses (até final de julho, portanto) para entregar ao MEC o relatório final de trabalho, com as sugestões de mudanças e aperfeiçoamentos no indicador. Esse é um momento importante e que deve ser bem aproveitado, pois o novo Ideb precisa olhar para todos e cada um dos alunos, algo que o atual indicador ainda não consegue fazer.